

# Números divergem dos que Governo mostrou aos credores e FMI

Brasília — Em seu pronunciamento, o Presidente José Sarney apresentou um número diferente do que foi entregue aos bancos credores e ao Fundo Monetário Internacional, no que diz respeito ao déficit do setor público, a ser financiado através da emissão de moeda e da colocação de títulos no mercado. Aos credores e ao FMI, o Governo indicou um montante de Cr\$ 54 trilhões 600 bilhões, enquanto no pronunciamento de ontem, o Presidente se referiu "a aproximadamente Cr\$ 50 trilhões".

Do mesmo modo, houve divergência quanto ao volume do déficit inicial: Cr\$ 108 trilhões 800 bilhões, no documento entregue pelo presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, ao comitê assessor da renegociação da dívida externa; e um "déficit potencial de cerca de Cr\$ 110 trilhões", na fala à Nação de ontem à noite.

Na realidade, as diferenças são fundamentais. Para se ter uma idéia, basta notar que a diferença entre o déficit previsto (Cr\$ 54 para Cr\$ 50 trilhões) é superior aos cortes que o Banco do Brasil terá que fazer, em todo este semestre, para atender à política monetária, e que somam Cr\$ 3 trilhões.

No seu pronunciamento, o Presidente da República não entrou em tantos detalhes, mas assinalou que sua administração espera "a redução das taxas de juros, pois o Banco Central, ao longo deste semestre, irá vender cada vez menos títulos públicos". Desta forma, o Presidente entende que serão criadas condições "para a queda sustentável das taxas de juros reais, que hoje asfixiam o empresariado nacional".

Neste trecho, tocou num ponto-chave da economia nacional, que é a permanência das taxas de juros em patamares extremamente elevados, encarecendo as atividades produtivas e se refletindo de forma direta no processo inflacionário.

Atrás de tudo isso, sempre esteve a pressão exercida pelo Banco Central, que tem sido obrigado a vender cada vez mais os títulos federais (ORTNs e LTNs) para cobrir o déficit público. E, para fazer essas colocações maciças de papéis, somente aceitando os juros altos cobrados pelo mercado.

Pelas estimativas do Governo, a colocação líquida de títulos federais (vendas menos resgates) deverá atingir cerca de Cr\$ 27 trilhões 600 bilhões neste semestre. Ao final do primeiro semestre deste ano, o saldo da dívida pública federal interna, em poder do público, atingiu a faixa dos Cr\$ 129 trilhões 690 bilhões, resultando num crescimento, apenas neste ano, de 142,6%.

Os técnicos governamentais entendem que é absolutamente fundamental minimizar a utilização do *open market* no financiamento do déficit público, condição indispensável para a redução das taxas de juros.